

# Ensino primário municipalista

AUTREGÊSILO  
DE ATHAYDE

A descentralização do ensino básico é, segundo está anunciado, um dos propósitos do Ministério da Educação, entregando-se, em consequência, aos municípios a criação e manutenção da escola primária. Apresentam-se argumentos que aparentemente justificam a medida, mas não deixam de envolver alguns perigos para a eficiência da instrução. O Estado Federal não pode, não deve, alhear-se num assunto de que depende a ampla armadura da formação intelectual e moral do povo, sob pena de colocar em risco os esteios da unidade nacional, que há de ser a sua preocupação maior. O ensino é um só pela natureza dos conhecimentos que ministra, embora possam variar os métodos de ministrá-lo, segundo as condições e meios do lugar. O alfabeto é um só, a língua também, assim como as noções indispensáveis da Aritmética e da Geografia, a que não podem faltar igualmente os rudimentos da história do País. As bases, portanto, têm de ser estabelecidas fora do âmbito estreito das municipalidades e dos arbitrios regionalistas ou locais.

E sabido que no atual regime tributário, o quinhão do que fica aos municípios, para provimento das suas necessidades, é mínimo e logo absorvido, na maioria deles senão em todos, pela burocracia implacável em sua voracidade. Entregando-se às comunidades municipais o encargo das escolas primárias, sem proporcionar-lhes ao mesmo tempo os recursos orçamentários indispensáveis, será maior ainda a decadência, sobretudo se não houver, como antigamente, um corpo de inspetores escolares preparados para exercer constante e autorizada fiscalização.

A Constituição prevê sabiamente, e de maneira obrigatória, a percentagem da receita federal a ser destinada à educação. Mas pelo testemunho que nos dá o senador João Caímon, tão vigilante no assunto, o preceito constitucional, apesar de imperativo, não é obedecido. A providência preliminar será, pois, cumprir o estatuido em matéria orçamentária, com olho vivo sobre a ação de tantos prefeitos que não se esmeram em escrúpulos na aplicação dos dinheiros públicos. O problema é dos que mais diretamente dizem com o futuro do Brasil. Em outros países os assuntos do ensino, em seus diversos graus, apaixonam a opinião, e, como atualmente acontece na França, chegam a aluir os governos.